

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 08 de abril de 2024 às 08h16
Seleção de Notícias

O Globo Online | BR

Pirataria

Tela de Tarsila do Amaral levada à SP-Arte por galerista desperta suspeitas de falsificação	3
<small>NELSON GOBBI AUTOR</small>	

Consultor Jurídico | BR

Direitos Autorais

STF nega extradição de estrangeiro responsável por filhos menores de idade	5
--	---

Migalhas | BR

Marco regulatório | INPI

Será que quem registra primeiro a marca tem direito exclusivo de uso	6
--	---

Marco regulatório | INPI

Di Blasi, Parente & Associados promove o Pre-INTA 2024 no Brasil	9
<small>AGENDA</small>	

Tela de Tarsila do Amaral levada à SP-Arte por galerista desperta suspeitas de falsificação



Colocada à venda por R\$ 16 milhões, obra não foi exposta ao público no estande da galeria, que pertence à seção de contemporâneos da feira e não do mercado secundário, voltado à negociação de trabalhos adquiridos anteriormente por colecionadores. Realizada até domingo (7) no Pavilhão da Bienal, no Ibirapuera, a 20ª edição da SP-Arte se deparou com uma polêmica ao ser revelada que uma tela de Tarsila do Amaral levada à feira por um galerista poderia ser uma **falsificação**. A obra, segundo a galeria à venda por R\$ 16 milhões, teria sido apresentada a interessados no interior do Galeria OMA, no segundo andar do Pavilhão.

: Em reportagem publicada pela Folha de S Paulo, o jornal informa que a obra foi mostrada após ser retirada de uma mala acolchoada, sem estar à vista do público. O estande da OMA fica no final de um dos corredores do segundo andar, que é ocupado pela seção de galerias contemporâneas - os espaços dedicados ao mercado secundário (ou seja, de venda de obras adquiridas anteriormente por outros colecionadores, concentrando os trabalhos de maior valor) tradicionalmente fricam no primeiro andar, junto à entrada da feira.

Diretor presidente da Bolsa de Arte, Jones Bergamin não viu a obra de perto, mas afirma categoricamente que se trata de uma **falsificação**.

- Disse e reafirmo que não é uma obra autêntica, não preciso vê-la de perto para ter certeza disso. Se você me mostrar a imagem de uma nota de três dólares não vou precisar segurá-la na mão para dizer que não é verdadeira - compara Bergamin, que foi responsável, em 2020, pela venda da tela "A caipirinha", de Tarsila, por R\$ 57,5 milhões, que tornou-se a obra de arte brasileira mais cara da história negociada em venda pública. - Conheço o suficiente a obra da Tarsila para saber que aquela tela é um pastiche. Pegaram uma obra dela e mudaram, amarelaram, envelhecaram. A produção dela está muito bem catalogada, que é hoje a artista brasileira mais importante, não vai surgir uma tela do nada. Se fosse uma Tarsila real ela estaria sendo mostrada com destaque para o público.

Veja obras na 20ª edição da SP-Arte 1 de 8

Visão geral da 20ª SP-Arte - Foto: Edilson Dantas 2 de 8

Obras do Coletivo Makhu - Foto: Edilson Dantas X de 8 Publicidade 8 fotos 3 de 8

Visão geral da 20ª SP-Arte - Foto: Edilson Dantas 4 de 8

Obra de Ivald Granato na Dan Galeria - Foto: Ana Pigossio/Divulgação X de 8 Publicidade 5 de 8

'A Coragem vigiada na terra do sal' (2024), tela de Ian Nes na Galeria Asfalto - Foto: Divulgação 6 de 8

'Upside Down (Cleo) - Ponta Cabeça (Cleo)' (2024), de Valeska Soares, na Fortes D'aloia & Gabriel - Foto: Divulgação X de 8 Publicidade 7 de 8

Obra sem título de Gaston Ugalde (2017) na Salar Galeria de Arte - Foto: Mariano Ugalde/Divulgação 8 de 8

Continuação: Tela de Tarsila do Amaral levada à SP-Arte por galerista desperta suspeitas de falsificação

'Sêxtupla mastectomia' (2023), óleo de Fefa Lins na Galeria Amparo 60 - Foto: Danilo Galvão/Divulgação X de 8 Publicidade
Maior feira de arte da América do Sul está no Pavilhão da Bienal até domingo (7) Na manhã desta sexta-feira, após a suspeita vir a tona, a organização da feira solicitou à galeria que mostrasse a tela, que não teria passado pelo comitê responsável pela avaliação, mas a informação foi que a obra não estaria mais na SP-Arte e teria voltado à galeria.

Em nota, a SP-Arte informou: "Nosso processo de application segue o mesmo padrão das feiras internacionais, pelo qual os expositores apresentam seus projetos e a análise é feita junto a um comitê de seleção, formado por galerias participantes da feira. Sobre a obra em si, ela não foi exposta nas paredes do

stand e, pelo que nos consta, não está na feira. Tampouco constava do projeto aprovado. Sobre a autenticidade especificamente desta obra, cabe à comissão organizadora do Raisonné da artista analisar".

Até o momento da publicação, a reportagem não conseguiu contato com a OMA ou o galerista Thomaz Pacheco, responsável por colocar a tela à venda. À Folha, Pacheco teria reafirmado a autenticidade da obra, que teria como proprietário um homem de 60 anos de origem libanesa, cuja identidade não foi revelada.

STF nega extradição de estrangeiro responsável por filhos menores de idade



Por unanimidade, a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal negou o pedido de extradição de um sul-coreano acusado da prática de crime contra direitos Pai solo STF nega extradição de estrangeiro responsável por filhos menores de idade

Por unanimidade, a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal negou o pedido de extradição de um sul-coreano acusado da prática de crime contra **direitos** autorais. A decisão se deu na sessão virtual encerrada na última quarta-feira (3/4).

Segundo a acusação feita pelo governo da Coreia do Sul, o réu forneceu transmissão paga ilegal de filmes e séries para sul-coreanos que vivem no exterior, delito que no Brasil tem como equivalente o de violação de **direitos** autorais, previsto no artigo 184, parágrafo 3º, do Código Penal.

Em seu voto, o relator da matéria, ministro André Mendonça, apontou que o tratado de extradição entre Brasil e Coreia do Sul prevê que a entrega do estrangeiro poderá ser recusada quando, em casos excepcionais, o país que recebeu o pedido julgar, em função das condições pessoais da pessoa procurada, que a medida é incompatível com considerações humanitárias.

No caso, a pena máxima no Brasil não ultrapassaria os quatro anos de reclusão, permitindo até mesmo um acordo de não persecução penal (ANPP). O relator ressaltou ainda que, em uma eventual con-

denação, mesmo que pela pena máxima, o regime de cumprimento seria o aberto, com a pena privativa de liberdade substituída por restritiva de direitos.

Sozinho com os filhos

O relator destacou que o acusado, brasileiro naturalizado, é divorciado e reside sozinho com os filhos menores de idade. Sua ex-mulher se mudou para os Estados Unidos e ele não tem rede de apoio de familiares no Brasil. Mendonça frisou que, mesmo depois da prisão preventiva dele, a mãe das crianças não retornou ao país e não providenciou amparo direto aos filhos, os quais foram cuidados por amigos do pai durante sua reclusão.

Por isso, o ministro avaliou que a extradição fere o princípio da dignidade humana, pois alteraria profundamente a vida de dois menores de idade. Segundo ele, a decisão não viola a Súmula 421 do STF (que não impede a extradição o fato de o extraditando ser casado com brasileira ou ter filho brasileiro), pois está de acordo com o que foi livre e expressamente estabelecido pelos dois países no tratado. Com informações da assessoria de imprensa do STF.

para ler o voto do ministro André Mendonça

EXT 1.784

Será que quem registra primeiro a marca tem direito exclusivo de uso



Preocupar-se com o registro da marca de um produto ou serviço disponibilizado por uma empresa é uma estratégia empresarial e publicitária de significativa monta para imagem do negócio no mercado.

Será que quem registra primeiro a marca tem direito exclusivo de uso Pablo Santos de Souza Preocupar-se com o registro da marca de um produto ou serviço disponibilizado por uma empresa é uma estratégia empresarial e publicitária de significativa monta para imagem do negócio no mercado. sexta-feira, 5 de abril de 2024 Atualizado às 14:29 Compartilhar Comentar Siga-nos no A A

A divulgação comercial de um produto ou serviço no mercado pelas plataformas digitais do "Facebook" e do "Instagram" ou pelo uso de plataforma de comércio digital como "Google Ads" mostra-se modernamente simples, contudo, o empreendedor deve ficar atento com o registro de sua marca como forma de evitar que concorrentes lancem produtos ou serviços semelhantes que confundam o consumidor acreditando ser de procedência da outra.

A marca é um sinal visualmente perceptível capaz de
abpi.empauta.com

distinguir os produtos ou serviços de uma empresa, principalmente, em relação a outros concorrentes.

Modernamente, quaisquer palavras, expressões ou letras com caráter distintivo, números, desenhos, imagens, formas, cores, logomarcas, rótulos ou combinações usadas para identificar os produtos ou serviços de uma empresa são consideradas marcas.

No Brasil, só se autorizam o registro como marca símbolos visualmente perceptíveis ou que possam ser representados graficamente, não sendo aceitável o registro de marca que seja representado como formatos ou embalagens de produtos, sinais auditivos (sons), ou olfativos (odores).

A função principal da marca é facilitar a identificação, por parte do consumidor, de um produto ou serviço disponibilizado por uma determinada empresa, para que assim esse se diferencie dos demais produtos ou serviços idênticos ou semelhantes, principalmente, de concorrentes.

A utilização de sinais distintivos para um determinado produto ou serviço é o diferencial para que os consumidores satisfeitos voltem a comprá-lo ou a usá-lo.

As marcas possuem, assim, uma função essencial nas estratégias empresariais e publicitárias, já que possibilitam a distinção dos seus produtos, e consequentemente, assistem na identificação das empresas que fabricam ou prestam serviços em um mercado, contribuindo, dessa maneira, para a definição da imagem e para a confiabilidade dos produtos e serviços prestados no mercado.

A confiança é o pilar para a determinação de uma clientela e para o fortalecimento da reputação de uma empresa, pois evidência a imagem e o renome do produto ou serviço no mercado.

Continuação: Será que quem registra primeiro a marca tem direito exclusivo de uso

Não se está aqui dizendo que não registrar é errado, mas que, segundo a lei 9.279/96, em seu art. 129, o registro outorga à empresa titular o direito exclusivo de impedir que terceiros comercializem produtos idênticos ou semelhantes com uma marca igual ou semelhante a ponto de causar confusão entre os consumidores.

Nem todos os empresários conseguem ter essa consciência da importância do uso de marcas para diferenciar os seus produtos daqueles disponibilizados pela concorrência, nem todos se dão conta da importância de obter esta proteção através do registro no **INPI**.

Caso um concorrente adote uma marca semelhante ou idêntica, os consumidores podem se confundir e comprar os produtos ou serviços de uma acreditando ser de procedência da outra.

Isso não só dificulta a venda de produtos ou serviços, como também pode prejudicar a imagem e a reputação das empresas no mercado, especialmente, caso os produtos ou serviços do concorrente sejam de qualidade inferior.

Uma marca registrada gozará de maior proteção no mercado, especialmente, em caso de conflito com uma marca idêntica ou semelhante a ponto de causar confusão.

Apesar de não ser compulsório, o registro da marca no **INPI** é altamente recomendável, uma vez que ele confere direitos de propriedade e exclusivos ao titular, dentro do território nacional, prevenindo o uso não autorizado da marca.

A escolha ou criação de uma marca é uma etapa importante na constituição de uma empresa e disponibilização de serviços e produtos no mercado, já que ela será determinante na sua estratégia comercial, por agregar valor aos produtos e serviços da empresa.

Sem o registro da marca, o esforço do empreendedor em fortalecer o seu produto ou serviço no mercado de consumo com vultosos investimentos publicitários e comerciais pode ser em vão, já que as empresas concorrentes podem usar sinal idêntico ou semelhante para identificar os mesmos produtos ou serviços.

Imagine-se que um empreendedor que investe em sua empresa, constrói uma carteira de clientes e seus produtos ou serviços se tornam referência no mercado e repentinamente todo esse esforço cai por terra, porque um terceiro se antecipa registrando a marca de um produto ou serviço já comercializado por outra empresa.

Esse caso aconteceu com a banda "Legião Urbana" que cometeu o erro de não registrar o nome logo no início da carreira, quando ainda não tinham ganhado fama.

Pouco depois do lançamento do álbum "Dois" (que incluía músicas como "Quase sem Querer", "Eduardo e Mônica" e "Tempo Perdido"), segundo disco da "Legião Urbana", certa pessoa resolveu compor uma música incluindo a expressão "Legião Urbana" na letra com o intuito de obter o registro no **INPI**.

Como nenhum registro com esse nome fora efetuado, a pessoa efetuou o registro da marca e depois passou a exigir dinheiro da banda sobre o direito de uso da marca.

Para resumir, os integrantes da banda "Legião Urbana" tiveram que recorrer ao **INPI** e ao Judiciário brasileiro para recuperar o uso do nome "Legião Urbana" e retomar os direitos sobre a marca, a qual tornara-se conhecida nacionalmente através deles.

Passados alguns anos, o **INPI** outorgou à banda os direitos sobre a marca, levando-se em conta a popularidade e o renome do conjunto musical, mostrado a partir da existência anterior da banda ao registro feito por terceiro, servindo ao propósito a ca-

Continuação: Será que quem registra primeiro a marca tem direito exclusivo de uso

pado primeiro disco na qual aparece o nome da banda e a foto dos integrantes, além de cartazes e anúncios de shows e fotos dos quatro integrantes no palco, além de outros materiais que comprovaram a existência da banda desde bem antes que esta fosse registrada no **INPI** por um terceiro.

Esse é um caso que atende bem a proposição inicial de que nem sempre quem registra primeiro a marca tem direito exclusivo de uso.

No Brasil, o direito de precedência configura exceção ao princípio atributivo do direito de marcas, segundo o qual a propriedade e o uso exclusivo são adquiridos somente pelo registro.

Nesse passo, reconhece-se o direito de precedência ao registro àquele que comprovar a utilização de boa-fé, no país, de marca idêntica ou semelhante a ponto de causar confusão ou associação para o mesmo fim, há pelo menos 6 meses da data do depósito do pedido de registro (lei 9.279/96, art. 129, § 1º).

Veja que os empreendedores não necessitam correr

esse risco logo no início do negócio, pois a marca é única e registrá-la significa segurança contra qualquer tipo de inconvenientes.

As vezes isso ocorre, não apenas por má intenção, mas até mesmo por coincidência, algum concorrente poderá vir a usar a sua marca.

Diante de todo o exposto, registrar a sua marca nos momentos iniciais do seu negócio é essencial, notadamente como forma de prevenir que um concorrente simplesmente se aproveite tempo depois da fama da sua marca e passe a utilizá-la indevidamente, desviando a sua clientela, fulminado o negócio de sua empresa.

Pablo Santos de Souza Advogado empresarial com foco em conflitos societários, contratos empresariais e aspectos concorrenciais. Procurador do Estado do Pará.

Di Blasi, Parente & Associados promove o Pre-INTA 2024 no Brasil

AGENDA



Paulo Lacativa, CEO da Biozeus. O evento será moderado por Paulo Parente, sócio fundador do Di Blasi, Parente & Associados.

O evento será na Academia Brasileira de Letras, sala José de Alencar, no Rio de Janeiro. Evento acontece dia 15/4.(Imagem: Divulgação)

Realização: Di Blasi, Parente & Associados

Para mais informações e inscrições, .

Evento receberá o presidente do **INPI**.
Evento Di Blasi, Parente & Associados promove o Pre-INTA 2024 no Brasil Evento receberá o presidente do **INPI**, sexta-feira, 5 de abril de 2024 Atualizado às 09:45 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Di Blasi, Parente & Associados realizará, no dia 15/4, das 9h30 às 11h30, a edição do "Pre-Annual Meeting Reception", em nome da **International Trademark Association (INTA)**, um evento exclusivo organizado no Brasil que antecede o encontro anual e internacional da INTA, uma das mais respeitadas associações de proteção de marcas e **propriedade** intelectual do mundo. Este ano, o encontro terá como tema "O uso do sistema da **Propriedade** Industrial para alavancar o seu negócio", com a participação de Julio Moreira, presidente do **INPI**; Juliana Crepalde, coordenadora do núcleo de inovação da UFMG; William Rospendowski, MSc, superintendente de inovação da **Finep**; Gesil Amarante, presidente do FORTEC; e

Índice remissivo de assuntos

Pirataria

3

Direitos Autorais

5

Marco regulatório | INPI

6, 9

Propriedade Intelectual

9

Propriedade Industrial

9

Entidades

9